

### **3. ENERGIA E MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E CIDADES**

As mudanças climáticas devem continuar recebendo a atenção das organizações públicas e privadas em todo mundo. Desde padrões ESG (*Environmental, Social and Corporate Governance*) nas empresas, passando por uma ampliação dos mecanismos de financiamento “verde”, como mercado de créditos de carbono, as políticas públicas deverão perceber esforços que atentem à preservação do patrimônio ambiental.

Nesse sentido, os recursos hídricos têm sido apontados como estratégicos e, portanto, serão decisivos para o sucesso no saneamento básico e na garantia de segurança hídrica para os sergipanos. Tal desafio também incluirá a capacidade institucional da Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO), dos Comitês de Bacia e das prefeituras em se adequarem ao Novo Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020). Ainda no âmbito do saneamento, deve ser universalizada a gestão adequada dos resíduos sólidos. Isso passará pela consolidação e aperfeiçoamento da experiência dos consórcios municipais e pela expansão dos arranjos de economia circular.

A dimensão ambiental também aparece com grande relevância na discussão sobre o planejamento das cidades sergipanas, em torno de instrumentos que promovam uma urbanização consciente e sustentável e assegurem a preservação do patrimônio artístico, arquitetônico e histórico. Fica evidente na questão urbana a necessidade da democratização do acesso à moradia digna e da melhoria na mobilidade. Nesse último ponto, mas não restrito a ele, discutem-se as políticas de cidades inteligentes, com o uso de tecnologia da informação para a gestão dos serviços públicos e para aumento de eficiência nos modais de transporte. A infraestrutura de telecomunicações também é fator crucial à habilitação dos municípios sergipanos para participação nas cadeias da economia digital.

Para além da mobilidade urbana, a infraestrutura de transportes no estado é fator estratégico para a criação de competitividade econômica. Sergipe tem uma malha rodoviária significativa, mas ainda carece de uma política sistemática de manutenção e de melhorias (alargamento, duplicação, sinalização) que possa assegurar a segurança dos usuários e os baixos custos de transporte de cargas.

A malha ferroviária, por sua vez, é incipiente. O estado é cortado apenas por uma ferrovia – um trecho que liga Alagoinhas-BA a Propriá-SE – antes pertencente à Ferrovia Centro-Atlântica, mas que foi devolvido pela concessionária em 2021 em péssimo estado

de conservação. A mais significativa estrutura portuária em Sergipe é o Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB), pertencente à VLI Logística. É um terminal com uso graneleiro, sem área de retroporto preparada, nem equipamentos para o embarque/desembarque de containers. A incipiente infraestrutura portuária somada à inexistência de uma malha ferroviária pode comprometer a competitividade do produto sergipano pelo aumento do custo do transporte.

Do ponto de vista energético, será importante saber se o gás natural vai assumir um importante papel na transição dos hidrocarbonetos para uma matriz energética renovável. A depender desse papel, a ampliação da malha de gasodutos no estado pode se tornar um fator estratégico. Essa malha potencializará a competitividade do gás natural sergipano e pode ser usada para o escoamento do gás importado através da usina de regaseificação pertencente ao complexo da Termelétrica a gás da CELSE, instalada no município da Barra dos Coqueiros. A ampliação do parque eólico e solar do estado também tem recebido investimentos recentes. Dessa maneira, a produção de energia, antes unicamente dependente da Usina Hidroelétrica de Xingó e das questões climáticas ao longo da bacia do Rio São Francisco, se diversifica e assume papel ainda mais relevante para o desenvolvimento futuro de Sergipe.